



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,  
PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL



# **Informativo Parlamentar**

**Nº 04**

**Ano 2017**

**Período: 20 a 24 de fevereiro**

## SUMÁRIO

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b> .....	3
Notícias.....	3
Plenário .....	4

<b>SENADO FEDERAL</b> .....	5
Notícias.....	5
Plenário .....	6
<b>COMISSÃO PERMANENTE</b>	
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .....	6

<b>CONGRESSO NACIONAL</b> .....	7
Notícias.....	7



Notícias

---

## **Projeto fixa na lei prazo de 25 anos para contratos portuários**

### **Atualmente, um decreto trata desse assunto**

Tramita na Câmara dos Deputados proposta que fixa prazo de 25 anos para os contratos de concessão e arrendamento de portos e instalações portuárias. Esse prazo poderá, a critério do poder concedente, ser prorrogado por qualquer período, até atingir o prazo máximo total de 50 anos.

A medida está prevista no Projeto de Lei 5349/16, do deputado Edinho Bez (PMDB/SC), que acrescenta um parágrafo à Lei dos Portos (12.815/13). A parte que tratava de prazo na lei foi vetada em 2013 pela então presidente Dilma Rousseff. O texto original da lei previa concessão e arrendamento por 25 anos, permitida a prorrogação uma única vez até atingir o prazo máximo de 50 anos.

[Leia a íntegra](#)

---

## **Plenário aprova nova tramitação para projeto sobre hidrovias em terras indígenas**

### **Projeto será analisado agora por comissão especial**

O Plenário aprovou nesta segunda-feira recurso do deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) e a Comissão de Direitos Humanos analisará o Projeto de Decreto Legislativo 120/15, que autoriza a passagem de hidrovias por terras indígenas. A matéria já foi analisada pelas comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; de Integração Nacional, de Desenvolvimento Regional e da Amazônia; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Minas e Energia.

O deputado Chico Alencar comemorou a aprovação. “Esse recurso não entra no mérito do projeto. Ele apenas estabelece simplesmente que lavra pesquisa mineral e aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas devam ser examinados pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias”, disse Alencar.

[Leia a íntegra](#)

---

## **Relator apresenta parecer prévio sobre Reforma Tributária**

A Comissão Especial sobre a Reforma da Tributária reúne-se nesta quarta-feira (22) para que o relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), faça a apresentação de seu relatório prévio. Hauly foi nomeado relator do colegiado em outubro, no lugar do deputado Andre Moura (PSC/SE), que já tinha apresentado um parecer preliminar. A proposta de Moura, por falta de acordo, não chegou sequer a ser votada.

[Leia a íntegra](#)

---

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NOS DIAS 20, 21 E 22/02/2017 – SEGUNDA, TERÇA E QUARTA-FEIRA, ÀS 17h

**ORDEM DO DIA**

**URGÊNCIA**  
**(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)**

**Discussão**

03) [REC 190/2016 - PDC/2015](#) - Autor: Deputado Chico Alencar - (REQ 5390/2016) - que "recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5390/2016, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 120/2015".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

13) [Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B-2016](#) – Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-A, de 2016, que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). (NT 62 e NT 64).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.



### **Obras paradas**

Para evitar a paralisação de obras públicas, a CCJ ainda deve votar, em caráter terminativo, o PLS 447/2012, do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). O projeto muda a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) para estabelecer que, "iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico".

Relator do projeto na CCJ, o senador José Pimentel (PT-CE) considerou legítima a proposta de alteração da lei, por impedir que razões anteriores à aprovação do projeto básico da edificação possam ser invocadas para suspender ou cancelar a execução da obra. Ele entende que a medida dará maior segurança jurídica aos contratos administrativos.

Neste sentido, também deve ser analisado o substitutivo de Antonio Anastasia (PSDB-MG) ao PLS 401/2013, do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). A proposta torna a licença ambiental de instalação uma condição para a assinatura de contrato de licitação. Essa licença é necessária para atividades que utilizem recursos ambientais, de acordo com especificações constantes do projeto executivo.

Pelas regras em vigor, obras podem ser licitadas com a apresentação da licença prévia, que tem caráter precário e é obtida na fase preliminar do planejamento de atividade. Segundo Aloysio Nunes, a facilidade de concessão de licenças prévias e a deficiência dos projetos básicos resultam com frequência na paralisação de obras já licitadas, por problemas na obtenção da licença ambiental de instalação. O projeto visa evitar esse problema.

Fonte: Agência Senado

---

### **Eunício aguarda indicação dos líderes para as presidências das comissões permanentes**

O presidente do Senado espera a indicação dos líderes para as presidências das comissões permanentes. Na reunião de líderes, marcada para as 11h desta terça-feira (21), também será definida uma pauta que pode incluir a repatriação (SCD 1/2017) e o repasse das emendas parlamentares para os fundos de participação dos estados e municípios (PEC 61/2015).

Fonte: Rádio Senado.

---

### **Anastasia espera 'debate de alto nível' na sabatina de Alexandre de Moraes**

O vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), manifestou a expectativa de um "debate de alto nível" na sabatina de Alexandre de Moraes, indicado para ser ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Para Anastasia, o fato de Moraes ter sido filiado até recentemente ao PSDB não o desqualifica para o cargo. A sabatina está marcada para esta terça-feira (21) às 10h.

Fonte: Agência Senado.

---

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 21/02/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

**ORDEM DO DIA**

**(Votação, em primeiro turno)**

03) [Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015](#) - Autor: Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) e outros - Altera o art. 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias (veda edição de MP que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos).

**Parecer sob nº 11, de 2017, de Plenário, em substituição à CCJ, Relator Senador Romero Jucá, favorável, nos termos da Emenda nº 2-Plen (Substitutivo).**

[Avulso do parecer](#)

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 22 de outubro de 2015, com parecer da ANTT favorável à matéria.

Comissão Permanente

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Presidente: Senador Edson Lobão (PMDB/MA)

Local: Plenário 3 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 22/02/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

02) [Projeto de Lei do Senado nº 401/2013](#) – Autor: Senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) - Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental. - **TERMINATIVO**

**Relator:** Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG).

**Relatório:** [Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta](#)

**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Votação nominal
- Votação nominal

ASPAR – MT: Encaminhado Ofícios ao DNIT e à VALEC, 21 de junho de 2016, por sugestão da Assessoria Socioambiental.

09) [Projeto de Lei do Senado nº 447/2012](#) – Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) - Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica. - **TERMINATIVO**

**TERMINATIVO**

**Relatoria:** Senador José Pimentel (PT/CE).

**Relatório:** [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: - Votação nominal

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 03 de junho de 2016, com parecer do DNIT contrário à matéria.

19) [Projeto de Lei da Câmara nº 109/2011](#) – (PL nº 1.508/2007 na origem) – Autor: Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) - Obriga a criação de unidade do PROCON nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências. - **NÃO TERMINATIVO**

**Relator:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC).

**Relatório:** [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 13 de fevereiro de 2017, com parecer da INFRAERO contrário à matéria.



Notícia

---

### **Cancelado debate com ministros sobre MP que prorroga contratos de concessão**

A comissão mista que analisa a Medida Provisória nº 752/16, que autoriza a prorrogação e a relicitação de contratos dos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), cancelou a audiência pública que faria hoje.

Os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, tinham sido convidados para discutir o assunto. O debate ainda não foi remarcado.

Segundo o governo, a intenção da MP é viabilizar novos investimentos no setor de transportes. A prorrogação alcança as concessões em andamento. Já a relicitação será aplicada quando houver problemas na execução dos contratos de parceria.

Fonte: Agência Câmara.

---